

LIBERDADE

Deve existir nos homens um sentimento profundo que corresponde a essa palavra LIBERDADE, pois sobre ela se têm escrito poemas e hinos, a ela se têm levantado estátuas e monumentos, por ela se tem até morrido com alegria e felicidade.

Diz-se que o homem nasceu livre, que a liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade de outrem; que onde não há liberdade não há pátria; que a morte é preferível à falta de liberdade; que renunciar à liberdade é renunciar à própria condição humana; que a liberdade é o maior bem do mundo; que a liberdade é o oposto à fatalidade e à escravidão; nossos bisavós gritavam "Liberdade, Igualdade e Fraternidade! "; nossos avós cantaram: "Ou ficar a Pátria livre/ ou morrer pelo Brasil!"; nossos pais pediam: "Liberdade! Liberdade/ abre as asas sobre nós", e nós recordamos todos os dias que "o sol da liberdade em raios fúlgidos/ brilhou no céu da Pátria..." em certo instante.

Somos, pois, criaturas nutridas de liberdade há muito tempo, com disposições de cantá-la, amá-la, combater e certamente morrer por ela.

Ser livre como diria o famoso conselheiro, é não ser escravo; é agir segundo a nossa cabeça e o nosso coração, mesmo tendo de partir esse coração e essa cabeça para encontrar um caminho... Enfim, ser livre é ser responsável, é repudiar a condição de autômato e de teleguiado, é proclamar o triunfo luminoso do espírito. (Suponho que seja isso.)

Ser livre é ir mais além: é buscar outro espaço, outras dimensões, é ampliar a órbita da vida. É não estar acorrentado. É não viver obrigatoriamente entre quatro paredes.

Por isso, os meninos atiram pedras e soltam papagaios. A pedra inocentemente vai até onde o sonho das crianças deseja ir. (Às vezes, é certo, quebra alguma coisa, no seu percurso...)

Os papagaios vão pelos ares até onde os meninos de outrora (muito de outrora!...) não acreditavam que se pudesse chegar tão simplesmente, com um fio de linha e um pouco de vento!

Acontece, porém, que um menino, para empinar um papagaio, esqueceu-se da fatalidade dos fios elétricos e perdeu a vida.

E os loucos que sonharam sair de seus pavilhões, usando a fórmula do incêndio para chegarem à liberdade, morreram queimados, com o mapa da liberdade nas mãos!

São essas coisas tristes que contornam sombriamente aquele sentimento luminoso da LIBERDADE. Para alcançá-la estamos todos os dias expostos à morte. E os tímidos preferem ficar onde estão, preferem mesmo prender melhor suas correntes e não pensar em assunto tão ingrato.

Mas os sonhadores vão para a frente, soltando seus papagaios, morrendo nos seus incêndios, como as crianças e os loucos. E

cantando aqueles hinos, que falam de asas, de raios fúlgidos linguagem de seus antepassados, estranha linguagem humana, nestes andaimes dos construtores de Babel...

(MEIRELES, Cecília. Escolha o seu sonho: Crônicas)

Responda as questões de 01 a 05, conforme o texto.

01. O texto afirma que:

- A) A escravidão depende das escolhas das pessoas.
- B) A liberdade de um acaba onde começa a liberdade do outro.
- C) As criaturas combatem a liberdade com entusiasmo juvenil.
- D) Os sentimentos sombrios deslumbram a liberdade.
- E) Não podemos manifestar a nossa liberdade, em nenhum aspecto.

02. O resultado de ser livre é:

- A) Ampliar a órbita da vida.
- B) Cantar a liberdade como nossos avós.
- C) Viver sem sonhar.
- D) Viver sem qualquer obrigação.
- E) Fazer o que se bem tem vontade.

03. A liberdade é tão fundamental ao homem que:

- A) Certamente se prefere a morte à liberdade.
- B) Com liberdade tudo se consegue na vida.
- C) Onde não há liberdade não há pátria.
- D) Sem liberdade não se constrói coisa alguma.
- E) Toda liberdade tem de ser irrestrita.

04. No segundo parágrafo do texto, entende-se que a Liberdade é:

- A) A inspiração para cantos antigos e modernos.
- B) O bem mais precioso do homem.
- C) Um bem esquecido por nossos parentes.
- D) Uma luta que, às vezes, vale a pena travar.
- E) Apenas um sonho irrealizável para todos.

05. A questão central tratada no texto é:

- A) A emoção dos antepassados.
- B) A felicidade das pessoas
- C) A liberdade humana.
- D) O combate à escravidão.
- E) O desejo da libertinagem que tudo permite.

06. Em relação à divisão silábica, marque a sequência correta.

- A) Me-ios; a-bsur-da-men-te; es-pé-cie; as-pectos;co-rrup-tos; i-de-ia; as-sim;
- B) Ab-sur-da-men-te; ne-ce-ssá-ri-o; as-pec-tos; cará-ter; i-de-ia;as-sim;
- C) I-dei-a; cor-rup-tos; di-fí-ceis; ab-sur-da-men-te; ne-ces-sá-rio; es-pé-cie;
- D) Insa-tis-fa-ção; a-bsur-da-men-te; as-pe-ctos; mei-os; si-tua-ção; as-sim;
- E) Es-pé-ci-e; in-as-tis-fa-ção; a-pro-pria; ma-i-ores; ab-sur-da-men-te.

<p>07. Com o uso do verbo preferir, é correta a regência verbal em:</p> <p>A) Meu irmão prefere peixe à carne cozida. B) É preferível ler do que assistir a jogos na televisão. C) Marília prefere mais carne assada do que a peixe. D) Marília prefere mais carne assada à peixe. E) Prefiro que chova, todos os dias do que enfrentar tanto calor.</p> <p>08. Quanto à análise morfosintática dos termos, assinale a alternativa correta.</p> <p>A) Poemas e hinos – 1º parágrafo: substantivo/ sujeito. B) Livre – 2º parágrafo: adjetivo/adjunto adnominal; C) Paredes – 4º parágrafo: locução adverbial/ adjunto adverbial de modo. D) Conselheiro – 3º parágrafo: adjetivo/objeto direto. E) Tão – 8º parágrafo: adjetivo/adjunto adverbial.</p> <p>09. Quanto à classificação das orações, é correto afirmar:</p> <p>...que o homem nasceu livre – 2º parágrafo; ...somos, pois, criaturas nutridas de liberdade há muito tempo – 3º parágrafo são:</p> <p>A) Orações subordinadas adverbiais de tempo e de causa. B) Orações coordenadas sindéticas aditiva e explicativa. C) Oração subordinada substantiva objetiva direta e oração coordenada sindética explicativa. D) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração coordenada sindética conclusiva. E) Orações subordinadas substantivas predicativa e objetiva direta.</p> <p>10. No último parágrafo do texto, é correto afirmar que:</p> <p>A) As palavras sonhadores e loucos são dois adjetivos uniformes. B) As formas verbais soltando, morrendo e cantando são formas verbais no particípio. C) A oração... que falam de asas, inicia-se por uma conjunção integrante. D) As palavras sonhadores e loucos são dois adjetivos substantivados. E) As palavras: mas, os, seus, dos – são monossílabos átonos.</p> <p>11. As formas verbais “abre – 2º parágrafo e chegarem”, no 7º parágrafo são:</p> <p>A) Verbos regulares, o 1º está na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo e 2º está no futuro do presente; B) O 1º é regular, na 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo e o 2º está no futuro do subjuntivo; C) Verbos irregulares, o 1º está na 2ª pessoa do presente do indicativo e o 2º, no presente do subjuntivo;</p>	<p>D) O 1º é irregular e o 2º é regular, ambos da mesma conjugação, no presente do indicativo; E) Os dois são regulares de conjugações diferentes, no futuro do subjuntivo.</p> <p>12. Encontramos no texto:</p> <p>I. Um objeto direto “Sentimento” – 1º parágrafo; II. Um verbo intransitivo “Nasceu” – no 2º parágrafo; III. Uma oração subordinada substantiva objetiva direta “que se pudesse chegar tão facilmente” – no 5º parágrafo.</p> <p>Quanto à classificação, é correto afirmar:</p> <p>A) Somente a I está correta. B) A I e a II estão corretas. C) A I, a II e a III estão corretas. D) Nenhuma está correta. E) Todas estão corretas.</p> <p>13. Está correta a regra de acentuação em:</p> <p>A) Tão e Só. B) Porém e amá-la. C) Pátria e espírito. D) Própria e fúlgidos. E) Não se acentuam mais as palavras proparoxítonas.</p> <p>14. A primeira oração do texto classifica-se como:</p> <p>A) Oração Subordinada Principal. B) Oração Coordenada Sindética. C) Oração Principal. D) Oração Coordenada Assindética. E) Oração Subordinada Adverbial Final.</p> <p>15. Assinale a alternativa, cuja correlação entre os tempos verbais esteja correta.</p> <p>A) Se a gente for, certamente, avisamos à turma. B) Se Carlinhos escrevesse mais rápido, não se atrasava tanto. C) Entra, Flávia, mas não fecha a porta. D) Quando você vim, por favor, avisa-nos. E) Tudo dará certo, se todos se impuserem quanto ao horário.</p> <p>16. Assinale a alternativa em que todos os Municípios são limítrofes com o Município de Quixadá:</p> <p>A) Banabuiú, Ibaretama, Capistrano e Canindé. B) Ibaretama, Quixeramobim, Choró e Banabuiú. C) Quixeramobim, Jaguaratama, Russas e Ibaretama. D) Canindé, Milhã, Ibaretama e Quixeramobim. E) Choró, Banabuiú, Caridade e Ibaretama.</p> <p>17. Assinale a alternativa correta:</p> <p>A) É logradouro público oficial do Município de Quixadá o Museu Jacinto de Sousa. B) O (a) Padroeiro (a) do Município de Quixadá é Nossa Senhora Aparecida. C) Riacho dos Macacos é Distrito pertencente ao Município de Quixadá.</p>
--	--

<p>D) Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe faz parte da arquitetura antiga do Município de Quixadá.</p> <p>E) Gruta do Estevão é um atrativo natural do Município de Quixadá.</p> <p>18. Com relação ao Município de Quixadá, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, marque a alternativa correta:</p> <p>A) A Pedra do Bode é um atrativo natural do Município de Quixadá.</p> <p>B) Flávio de Queiroz é Distrito pertencente ao Município de Quixadá.</p> <p>C) É logradouro público oficial do Município de Quixadá o Teatro Henrique Façanha.</p> <p>D) A Capela de Nossa Senhora da Anunciação faz parte da arquitetura antiga do Município de Quixadá.</p> <p>E) O (a) Padroeiro (a) do Município de Quixadá é a Sagrada Família.</p> <p>19. Sobre o Município de Quixadá, é correto afirmar:</p> <p>A) A Pedra do Frade é um atrativo natural do Município de Quixadá.</p> <p>B) Várzea do Boi é Distrito pertencente ao Município de Quixadá.</p> <p>C) É logradouro público oficial do Município de Quixadá o Teatro Marcelo Duarte.</p> <p>D) O Mosteiro da Santa Cruz faz parte da arquitetura antiga do Município de Quixadá.</p> <p>E) O (a) Padroeiro (a) do Município de Quixadá é Santa Rita.</p> <p>20. Em relação ao Município de Quixadá, marque a alternativa correta:</p> <p>A) Serra dos Macacos e Morro do Urubu são acidentes geográficos do Município de Quixadá.</p> <p>B) Jardim Iracema, Itaoca e Serrinha são bairros do Município de Quixadá.</p> <p>C) Pertence a Mesorregião do Sertão do Cariri.</p> <p>D) O Município de maior extensão territorial, limítrofe com o Município de Quixadá é o Município de Ibaretama.</p> <p>E) O Município de Quixadá foi desmembrado do Município de Banabuiú.</p> <p>21. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é INCORRETO afirmar:</p> <p>A) Pelo ato de 13 de julho de 1899, é criado o Distrito de Serra de Santo Estevão e anexado ao Município de Quixadá.</p> <p>B) Pelo ato de 23 de setembro de 1903, é criado o Distrito de Serra Azul e anexado ao Município de Quixadá.</p> <p>C) Em divisão administrativa, referente ao ano de 1911, o Município aparece constituído de 4 Distritos: Quixadá, Serra Azul, Serra de Santo Estevão e São Francisco da Califórnia.</p> <p>D) Pelo ato de 07 de outubro de 1914, é criado o Distrito de Tapuiará e anexado ao Município de Quixadá.</p>	<p>E) Nos quadros do Recenseamento Geral de 01 de outubro de 1950, o Município aparece constituído de 6 Distritos: Quixadá, Serra de Santo Estevão, Várzea Grande, Serra Azul, Tapuiará e Califórnia, ex-São Francisco da Califórnia.</p> <p>22. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é INCORRETO afirmar:</p> <p>A) Pelo Decreto Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, o Distrito de Serra Azul passou a denominar-se São Luís, Barra do Sitiá a denominar-se Barra, Serra de Estevão a denominar-se Estevão, Boa Água a denominar-se Água Boa e Floriano Peixoto a denominar-se Floriano.</p> <p>B) Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, o Distrito de Junco passou a denominar-se Muxiopó, Laranjeiras a denominar-se Banabuiú, São Luís a denominar-se Ibaretama, Floriano a denominar-se Juatama e Água Boa a denominar-se Rinaré.</p> <p>C) No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o Município é constituído de 12 Distritos: Quixadá, Barra, ex-Barra do Sitiá, Água Boa, ex-Boa Água, Caiçarina, Choró, Estevão, ex-Serra do Estevão, Custódio, Floriano, ex-Floriano Peixoto, Laranjeiras, Junco, São Luis, ex-Serra Azul e Tapuiará.</p> <p>D) Em divisão territorial, datada de 01 de julho de 1950, o Município aparece constituído de 12 Distritos: Quixadá, Banabuiú (ex-Laranjeiras), Caiçarina, Choró, Custódio, Estevão, Ibaretama (ex-Floriano), Muxiopó (ex-Junco), Rinaré (ex-Boa Água), Sitiá (ex-Barra do Sitiá) e Tapuiará.</p> <p>E) Pela Lei Estadual nº 914, de 19 de abril de 1938, o Distrito de Cacimba Nova, passou a denominar-se Dom Maurício.</p> <p>23. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é INCORRETO afirmar:</p> <p>A) Pela Lei Estadual nº 6.653, de 14 de outubro de 1963, desmembra do Município de Quixadá o Distrito de Ibaretama, elevado à categoria de Município.</p> <p>B) Em divisão territorial, datada de 31 de dezembro de 1963, o Município é constituído de 4 Distritos: Quixadá, Custódio, Juatama e Tapuiará.</p> <p>C) Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, o Município de Quixadá adquiriu os extintos Municípios e Distritos de Banabuiú, Caiçarina, Choró, Daniel Queiroz, Dom Maurício, Ibaretama, Rinaré, Sitiá (como simples Distrito).</p> <p>D) Pela Lei Estadual nº 5.432, de 18 de outubro de 1946, é criado o Distrito de Barra Nova e anexado ao Município de Quixadá.</p> <p>E) Em divisão territorial, datada de 31 de dezembro de 1968, o Município é constituído de 13 Distritos: Quixadá, Banabuiú, Caiçarina, Choró, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz,</p>
--	--

Dom Maurício, Ibaretama, Juatama, Rinaré, Sitiá e Tapuiará.

24. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Pela Lei Municipal nº 1.528, de 09 de setembro de 1993, são criados os Distritos de Califórnia e Juá e anexados ao Município de Quixadá.
- B) Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1995, o Município é constituído de 11 distritos: Quixadá, Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiróz, Dom Maurício, Juá, Juatama, São Bernardo, São João dos Queirozes e Tapuiará.
- C) Pela Lei Municipal nº 1.886, de 06 de abril de 2000, é criado o Distrito de Várzea da Onça e anexado ao Município de Quixadá.
- D) Pela Lei Municipal nº 5.843, de 26 de outubro de 1998, é criado o Distrito de Lagoa Seca e anexado ao Município de Quixadá.
- E) Pela Lei Municipal nº 1.863, de 02 de dezembro de 1999, foram criados 21 bairros na cidade de Quixadá: Alto da Boa Vista, Alto São Francisco, Baviera, Bôto, Campo Novo, Campo Velho, Carrascal, Centro, COHAB, Combate, Curicaca, Herval, Irajá, Jardim dos Monólitos, Monte Alegre, Nova Jerusalém, Planalto Renascer, Planalto Universitário, Putiú, São João e Triângulo.

25. De acordo com dados do IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, de 2010, qual a posição no ranking do Estado do Ceará que ocupa o Município de Quixadá no que se refere ao IDH – Índice de desenvolvimento Humano?

- A) 13ª posição.
- B) 15ª posição.
- C) 14ª posição.
- D) 16ª posição.
- E) 17ª posição.

26. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, não tem como fundamento:

- A) a soberania.
- B) a cidadania.
- C) o pluralismo político.
- D) dignidade dos povos indígenas.
- E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

27. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que a decretação da intervenção dependerá:

- A) no caso de desobediência à ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- B) no caso de desobediência à ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho.

C) de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, e no caso de recusa à execução de lei federal.

D) que o decreto de intervenção especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação da Câmara dos Deputados ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

E) que o decreto de intervenção especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Senado Federal ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

28. Marque a alternativa **FALSA**:

- A) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- B) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- C) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- D) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- E) os subsídios e os vencimentos dos cargos e dos membros do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

29. Segundo a Constituição Federal, **NÃO** compete aos Municípios:

- A) suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
- B) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- C) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- D) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- E) suplementar a legislação federal e a estadual de proteção do patrimônio histórico-cultural local.

30. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal:

- A) só por decreto se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- B) compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

<p>C) compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros da Procuradoria Geral do Distrito Federal.</p> <p>D) a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na administração pública direta e indireta, viola a Constituição Federal.</p> <p>E) compete privativamente ao Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros da Ministério Público do Distrito Federal.</p> <p>31. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal:</p> <p>A) a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento do Prefeito Municipal são da competência legislativa privativa do Município.</p> <p>B) é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.</p> <p>C) não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.</p> <p>D) o serviço de iluminação pública municipal só pode ser remunerado mediante taxa.</p> <p>E) a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola a Constituição Federal.</p> <p>32. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a opção correta:</p> <p>A) ainda quando alugado a terceiros, é imune ao IPTU o imóvel pertencente aos partidos políticos, inclusive suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.</p> <p>B) é inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.</p> <p>C) não é inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter- vivos de bens imóveis - ITBI com base no valor venal do imóvel.</p> <p>D) o imposto sobre serviços incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.</p> <p>E) o contribuinte do IPTU não é notificado do lançamento pelo simples envio do carnê ao seu endereço.</p> <p>33. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, marque a opção correta:</p> <p>A) não é inconstitucional a multa instituída pelo Estado-Membro, como sanção pelo retardamento do início ou da últimação do inventário.</p>	<p>B) não é legítima a cobrança da COFINS, do PIS e do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.</p> <p>C) não é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.</p> <p>D) a contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, não é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.</p> <p>E) não é inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.</p> <p>34. Segundo as regras que regulamentam os impostos estaduais, marque a opção <u>incorreta</u>:</p> <p>A) o ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.</p> <p>B) na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.</p> <p>C) é legítima a incidência do ICMS na comercialização de exemplares de obras cinematográficas, gravados em fitas de videocassete.</p> <p>D) calcula-se o imposto de transmissão "causa mortis" sobre o saldo credor da promessa de compra e venda de imóvel, no momento da abertura da sucessão do promitente vendedor.</p> <p>E) não é legítima a incidência do imposto de transmissão "causa mortis" no inventário por morte presumida.</p> <p>35. Marque a alternativa correta:</p> <p>A) O processo começa por iniciativa da parte e sempre se desenvolve por impulso oficial.</p> <p>B) A Lei nº 13.105/2015, novo CPC, consagra o princípio da promoção pelo Estado da solução por autocomposição, ou seja, uma política pública de solução de litígios, entendimento que já era adotado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, especialmente na Resolução nº 125/2010.</p> <p>C) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, porém, tais métodos só poderão ser utilizados até a audiência de saneamento do processo.</p> <p>D) Não compete ao Estado promover a solução consensual dos conflitos.</p> <p>E) Com fundamento no princípio da duração razoável do processo, o juiz pode proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.</p> <p>36. Julgue as questões abaixo. Depois marque alternativa correta.</p> <p>I- No regime do novo CPC a solução de mérito é prioritária, gerando, como uma de suas</p>
---	---

implicâncias práticas, o dever do juiz determinar a correção dos vícios processuais.

- II- O princípio da cooperação, consagrado no art. 6º do CPC/2015, é um corolário do princípio da boa-fé, gerando o dever de assim agir às partes e ao juiz, mas não aos auxiliares da justiça, pois estes não participam do processo de forma direta, não sendo razoável a exigência de tal comportamento.
- III- O princípio da boa-fé processual não está expressamente disposto no CPC/2015, porém pode ser extraído do devido processo legal, que é uma cláusula geral processual.
- IV- É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

- A) Os itens I e II são falsos.
B) Todas alternativas são falsas.
C) Os itens I e IV estão corretos.
D) Apenas o item III é falso.
E) Os itens I e III estão corretos.

37. Marque a alternativa incorreta.

- A) No novo regime jurídico elaborado pela Lei nº 13.105/2015, as questões prejudiciais, ainda que não sejam questões principais, podem fazer coisa julgada.
- B) Com o advento da Lei nº 13.105/2015, a decisão acerca da questão prejudicial não pode fazer coisa julgada material.
- C) Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor, tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- D) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, podendo beneficiar terceiros.
- E) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

38. Julgue os itens abaixo. Depois marque a alternativa correta.

- I - São elementos essenciais da sentença: o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo; os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito e o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.
- II - Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação

do entendimento e que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

- III - No caso de colisão entre princípios e regras o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.
- IV - Na ação relativa à obrigação de pagar quantia, ainda que formulado pedido genérico, a decisão definirá desde logo a extensão da obrigação, o índice de correção monetária, a taxa de juros, o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, salvo quando não for possível determinar, de modo definitivo, o montante devido ou a apuração do valor devido depender da produção de prova de realização demorada ou excessivamente dispendiosa, assim reconhecida na sentença.
- V - A sentença deverá distribuir entre os litisconsortes, de forma expressa, a responsabilidade proporcional pelo pagamento das despesas e honorários.

- A) Os itens I e II são falsos.
B) Todas alternativas são corretas.
C) O item III é falso e o item V verdadeiro.
D) Os itens I, III e V estão corretos e os itens II e IV falsos.
E) Os itens I e II estão corretos e os demais falsos.

39. Acerca do procedimento de reconhecimento de usucapião extrajudicial, marque a alternativa correta.

- A) Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca onde reside o interessado.
- B) O pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião deve necessariamente estar instruído com planta e memorial descritivo, assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no respectivo conselho de fiscalização profissional, e pelos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes, não sendo necessárias as certidões negativas dos distribuidores da comarca da situação do imóvel e do domicílio do requerente.
- C) É facultado ao interessado instruir o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião com justo título ou quaisquer outros documentos que demonstrem a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse, tais como o pagamento dos impostos e das taxas que incidirem sobre o imóvel.
- D) O oficial de registro de imóveis promoverá a publicação de edital em jornal de grande circulação, onde houver, para a ciência de

<p>terceiros, eventualmente, interessados, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.</p> <p>E) A rejeição do pedido extrajudicial impede o ajuizamento de ação de usucapião.</p> <p>40. Analise os itens abaixo e depois marque a alternativa correta.</p> <p>I - Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese; só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca.</p> <p>II - A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.</p> <p>III - A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos, mas cada um pode individualmente dar em garantia real a parte que tiver.</p> <p>IV - Salvo disposição expressa no título ou na quitação, o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens.</p> <p>V - O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.</p> <p>A) Todas as alternativas são falsas. B) Há duas alternativas falsas e três verdadeiras. C) Todas as alternativas são verdadeiras. D) Há quatro alternativas verdadeiras e uma falsa. E) Apenas uma alternativa é verdadeira.</p> <p>41. Julgue as assertivas e depois marque a alternativa correta.</p> <p>I - Bens destinados à alienação, como um relógio, adquirem, por força de lei, a natureza de consumíveis. Entretanto, nada impede que seja considerado inconsumível pela vontade das partes uma garrafa de vinho raro, apenas exposta à apreciação pública.</p> <p>II – O direito real de usufruto pode recair sobre os bens consumíveis.</p> <p>III – Os frutos são as utilidades que a coisa principal produz cuja percepção ou extração diminui sua substância.</p> <p>IV – As pertencas são coisas acessórias destinadas a conservar ou facilitar o uso das coisas principais, sendo destas partes integrantes.</p> <p>V – Se a estrutura de uma casa é aproveitada para abrir uma garagem, realiza-se uma benfeitoria. Todavia, se um galpão contíguo é construído para servir de garagem, realiza-se uma acessão artificial. Neste último exemplo, houve considerável aumento do volume da coisa principal.</p> <p>A) Os itens I, II e III estão corretos. B) Todos os itens estão corretos. C) Os itens I e II estão certos e os itens IV e V errados.</p>	<p>D) Apenas o item I está correto. E) Os itens II, III e IV estão errados.</p> <p>42. Julgue as assertivas e depois marque a alternativa correta.</p> <p>I - Aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, estabelecendo nele sua moradia habitual, ou nele tiver realizado obras ou serviços de caráter produtivo adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que, assim, o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>II - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.</p> <p>III - Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, podendo tal direito ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.</p> <p>IV - Poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel. Porém, a declaração obtida por este meio somente constituirá título hábil para o registro no Cartório de Registro de Imóveis, após transcorridos 5 (cinco) anos, sem oposição de terceiros ou do Poder Público.</p> <p>V - Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos. Sendo reduzido em cinco anos tal prazo, se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.</p> <p>A) Os itens I, II, III e V estão certos. B) Apenas os itens II e III estão corretos. C) Os itens I, II, III e V estão errados. D) O item IV está errado. E) O item III está certo.</p> <p>43. Julgue as assertivas depois marque a alternativa correta:</p> <p>I - As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado, portanto, fica impedida a habilitação de</p>
---	---

interessados residentes ou sediados em outros locais.

- II – São, taxativamente, modalidades de licitação: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
- III – O Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número, mínimo, de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- IV - O Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- V - O Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

- A) Os itens I e II estão errados.
B) Apenas o item III está errado.
C) Apenas o item V está errado.
D) Apenas o item IV está errado.
E) O item III está certo e o item IV errado.

44. Marque a alternativa correta.

É inexigível a licitação:

- A) Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93 e para alienações, nos casos previstos na citada Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.
- B) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- C) Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 da Lei nº 8.666/93 e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços.
- D) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar

prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

- E) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

45. Marque a alternativa correta.

- A) A competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- B) Podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- C) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- D) O ato de delegação é irrevogável, exceto em hipóteses excepcionais e devidamente fundamentadas pela autoridade delegante.
- E) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

46. Acerca do Processo Administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- B) Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
- C) Os atos do processo devem realizar-se, preferencialmente, na sede do órgão, identificando-se o interessado se outro for o local de realização.
- D) O desatendimento da intimação importará o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.
- E) Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou

restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

47. Marque a alternativa incorreta.

- A) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
- C) A aplicação das sanções previstas Lei de Improbidade Administrativa depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- D) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas em até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades da administração direta, indireta ou fundacional.
- E) A aplicação das sanções previstas Lei de Improbidade Administrativa independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

48. Sobre as agências executivas marque a alternativa correta.

- A) Não se trata de uma nova espécie de entidade integrante da administração pública indireta, podendo ser autarquias ou fundações públicas.
- B) Trata-se de uma denominação utilizada pela doutrina e pelas leis administrativas, não sendo uma qualificação formal prevista em lei.
- C) Pode ou não haver celebração de contrato de gestão com o poder público, não dependendo de tal fato a obtenção da qualificação.
- D) Atuam especificamente na área de regulação.
- E) Uma autarquia qualificada como agência executiva é, necessariamente, uma agência reguladora.

49. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, salvo:

- A) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições.

D) negar publicidade aos atos oficiais.

E) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

50. Da Declaração de Bens prevista na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, **NÃO** é correto afirmar:

- A) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- B) a declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
- C) a declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- D) será punido com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- E) o declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações.